

Com imensa satisfação, comunicamos:

Tese de Doutorado

O advogado Ernesto Tzirulnik, presidente do IBDS ([Instituto Brasileiro de Direito do Seguro](#)) e um dos maiores especialistas brasileiros em Direito securitário, conquistou o título de Doutor pela Faculdade de Direito da USP, Departamento de Direito Econômico e Financeiro, com a tese “Seguro de riscos de engenharia: instrumento de desenvolvimento”, em 05/06/2014. Ele foi orientado pelo prof. titular Gilberto Bercovici, que participou da banca examinadora ao lado dos professores Erasmo Valadão de Azevedo e Novaes França, Fábio Ulhoa Coelho, Judith Martins Costa e José Tadeu De Chiara. Em sua tese de doutorado, Tzirulnik destaca que os seguros em geral “são instrumentos de solidarização por excelência, com importantes funções sociais, notadamente os destinados a apoiar os riscos de engenharia de construção e industriais. O país vem descurando do esvaziamento do conteúdo desses seguros que, ao invés de crescerem à medida do crescimento das atividades econômicas, têm caído segundo os dados publicados pela Federação das Seguradoras de danos (FenSeg)”.

Dissertação de Mestrado

Ivy Cassa, presidente do [Grupo Nacional de Trabalho de Previdência Privada da AIDA](#) e advogada do escritório [Azevedo Sette](#), teve sua dissertação de mestrado aprovada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, em 10/06/2014. Sua pesquisa foi orientada por Vera Helena de Mello Franco, que presidiu a banca composta por Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa e Adalberto Simão Filho. Com o título "Natureza jurídica da reserva matemática nos planos de previdência privada aberta", Ivy defendeu que o saldo da reserva dos planos do tipo PGBL e VGBL, na fase de acumulação, tem a mesma natureza de um investimento. "Por isso, não há de se falar em natureza securitária durante essa primeira etapa, já que o contrato de seguro tem elementos específicos que o definem, como o mutualismo e os critérios atuariais, os quais não se verificam nesses planos na fase de diferimento. Essa visão é clara na doutrina e jurisprudência europeias, mas aqui ainda não tínhamos nada explícito nesse sentido", explica Ivy.